



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 11, Issue, 05, pp. 46762-46766, May, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.21788.05.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

A DISCIPLINA DE ECONOMIA POLÍTICA NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

*¹Gustavo Henrique Petean, ²Daniel Teotonio do Nascimento, ³Gabriel Gualhanone Nemirovsky, ⁴Tânia Cristina Costa Calarge and ⁵Elcio Gustavo Benini

¹Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil; ²Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Brasil; ³Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil; ⁴Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil; ⁵Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil

ARTICLE INFO

Article History:

Received 17th February, 2021
Received in revised form
19th March, 2021
Accepted 18th April, 2021
Published online 14th May, 2021

Key Words:

Economia Política, Administração Política,
Teoria Geral da Administração,
Relato de Experiência.

*Corresponding author:

Gustavo Henrique Petean

ABSTRACT

No processo formativo do administrador, diversas disciplinas são elegidas como essenciais para o exercício da futura profissão. Comumente, a disciplina de Teoria Geral da Administração consta na grade curricular do primeiro semestre. Contudo, os referenciais, normalmente, utilizados como suporte – os manuais da disciplina – inserem o início da administração a partir dos estudos da escola clássica da administração. Verifica-se na história da administração, um intencional distanciamento – desde sua gênese – entre os processos que envolvem as organizações, a dinâmica do Estado e a política. A fim de mitigar este distanciamento e atender uma demanda de formação de um profissional com preocupações para uma gestão pública e sociocultural, o curso de administração da Universidade Federal de Goiás, *câmpus* cidade de Goiás, inseriu no seu Projeto Político Pedagógico a disciplina de Economia Política. Diante disso, este trabalho teve por objetivo refletir sobre possibilidades e entraves à introdução da disciplina de Economia Política em um curso de graduação em Administração. Utilizou-se o relato de experiência do docente, e verificou-se a dinâmica da realização da disciplina no curso de administração, desde as contestações iniciais e o desfecho da retirada da disciplina do projeto político pedagógico.

Copyright © 2021, Gustavo Henrique Petean et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Gustavo Henrique Petean, Daniel Teotonio do Nascimento, Gabriel Gualhanone Nemirovsky, Tânia Cristina Costa Calarge and Elcio Gustavo Benini. 2021. "A disciplina de economia política no curso de administração: um relato de experiência", *International Journal of Development Research*, 11, (05), 46762-46766.

INTRODUÇÃO

Geralmente, o primeiro contato do estudante, ao ingressar no curso de administração, com a ciência administrativa ocorre por meio da disciplina de Teoria Geral da Administração (TGA). O corpo teórico desta disciplina, organizada em sua grande maioria no formato de manuais didáticos, é apresentado a partir das chamadas escolas ou abordagens da administração, iniciando-se pelas clássica e científica (Chiavenato, 2003; Maximiano, 2012; Motta, 2003). Mesmo que alguns textos regressem às organizações milenares, tais como a igreja e as formas patrimonialistas de burocracia e cooperação do trabalho, pouco versam sobre o processo de constituição do Estado moderno e da luta de classes. A ciência administrativa se apresenta e se consolida, nesse cenário, como a encarnação da neutralidade ideológica-científica e consagração da razão e da técnica. Verifica-se também na história da administração, um intencional distanciamento – desde sua gênese – entre os processos que envolvem as organizações, a dinâmica do Estado e a política. Na singularidade brasileira, destaca-se que uma breve leitura sobre a formação econômica do Brasil, como a que apresenta Furtado (2005) em sua seminal obra, ou ainda, da sua formação político-administrativa,

como nos brinda Faoro (2012) possibilita questionar tal afastamento, oferecendo não apenas uma visão clara da relação de interdependência entre Estado (política) e organizações produtivas (economia), mas evidenciando diversos exemplos de instrumentos de gestão que antecedem em séculos a chamada moderna ciência administrativa. Não é por acaso que Tragtenberg (1971) afirma, buscando atingir o processo universal, que a gênese e o desenvolvimento da TGA deveriam ser procurados na instituição/organização na qual tal processo ocorreu de forma mais pujante: no seio do Estado. Não obstante, o que se percebe a partir de uma análise crítica, é que existe no processo formativo do administrador historicamente uma necessidade de desvincular a sua atuação dos aspectos sociológicos e políticos mais amplos, fazendo desta ciência uma aparente técnica desinteressada e desvinculada das forças sociais, uma espécie de atividade apolítica. Como expresso por Tragtenberg (1971, p. 10) "o administrador de empresa cumpre a função de realizar no nível de microempresa os objetivos do plano. Se ele atinge as cifras do plano recebe bonificação, isso implica uma correlação entre o lucro planejado e o efetivamente conseguido". A busca pela bonificação faz com que o administrador tenha seu foco construído no resultado, independente dos efeitos contraditórios que

possa causar, a exemplo, os desastres provocados pelas empresas privadas à vida humana e a natureza (Souza e Fellet, 2019). De fato, a única razão que parece existir é a instrumental, e a única preocupação a eficiência econômica. Conceitos como racionalidade substantiva e eficiência social não fazem parte do vocabulário formativo do administrador. É evidente o caráter ideológico da Teoria Geral da Administração (Tragtenberg, 2005) e isso tem reflexo na formação e atuação do administrador. A partir de um relato de experiência na docência de um dos autores deste texto, apresentamos um conjunto de reflexões sobre possibilidades e entraves à introdução da disciplina de Economia Política em um curso de graduação em Administração. Discute-se, na perspectiva do docente, o processo de aceitação da disciplina para com os discentes, Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o colegiado de curso. Para expor as reflexões que a experiência proporcionou, dividimos o texto em três partes, além desta introdução, quais sejam: uma seção sobre o status da Teoria Geral da Administração como disciplina; a disciplina de economia política presente no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e, por fim, as glossas finais.

A teoria geral da administração se fortalece no campo empírico, ganha status de ciência e se torna uma disciplina: Como já explicitado na introdução, os manuais de administração apresentam a profusão da ciência administrativa a partir da escola clássica e científica da Administração. Alguns nomes se destacam nestas escolas: Taylor, Fayol, Lilian e Frank Gilbreth, e Ford são nomes que compuseram a efervescência da ciência administrativa no final do século XIX e início do século XX. Nesse primeiro momento fez-se os registros das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores. Cronometravam cada ação e impuseram outras formas de fazer o trabalho. Os registros de Taylor (2012) estimularam outras empresas a adotar tais práticas. Em paralelo, o casal Gilbreth aplicava seus estudos de tempos e movimentos para setores como da construção civil, como explicito abaixo:

Gibreth identificou dezessete unidades de movimento, que denominou “therbligs”, usando seu próprio sobrenome invertido e ligeiramente modificado na sua ortografia. Estavam incluídos nestes movimentos operações como procurar, encontrar, agarrar, transportar, posicionar e pensar. Sempre que ele analisava uma atividade, isolava os “therbligs” e procurava um modo de encurtar o tempo necessário para executar cada um. Usou filmes para identificar “therbligs” em uma variada gama de trabalhos industriais e artesanais, bem como em tarefas tais como operações cirúrgicas, nunca examinadas até então por alguém. Ainda jovem, aplicou primeira a análise de movimentos a trabalhos de pedreiro e inventou um modo de colocação de andaimes que poupava tempo. Reduziu também, de 18 para 4 ½, o número de movimentos necessários para assentamento de tijolos, aumentando em muito a velocidade de colocação dos mesmos (Hampton, 1992, p. 16).

Na esfera administrativa, as transformações apareceram nas proposições de Fayol (2015). O autor introduz as funções do administrador e discute os níveis e formas de organizar a empresa. Estes conhecimentos puderam ser observados e aplicados nas empresas de Ford (Faria, 2011), que adicionou ao processo de produção a produção em linha, inspirada nos frigoríficos de Chicago, possibilitando não apenas ganhos de produtividade, mas principalmente de controle sobre o trabalho (Varussa, 2016). O pensamento administrativo está imbricado com os processos de transformações societárias dos dois últimos séculos. Ora promovendo as transformações, ora, compondo o resultado dessas. O texto de Alcadipani e Bertero (2012) apresenta a influência da Guerra Fria para o ensino de *management* no Brasil, elucidando com o exemplo da FGV-EAESP. Há no texto diversos pontos de influência para o ensino de administração pautado nas práticas norte-americanas de gestão. O livro, fruto de uma pesquisa realizada em 1976 sobre a função do administrador na sociedade brasileira e publicada com o título: a formação e a ideologia do administrador de empresas, Maria Covre (1980) dispõe sobre o influência ideológica neocapitalista entre os administradores. E, mais recentemente, Aktouf (2004) discorre

sobre a lógica de aprendizado dos modelos de negócio estado-unidense e sobre diversas experiências de gestão distantes deste modelo concebidas e aplicadas mundo a fora. Desta forma, Aktouf (2004) amplia a discussão para a crítica dos modelos de gestão impostos e utilizados enquanto possibilidades únicas. Os três textos, versam sobre fato comum no ensino da administração configurado pelo fato de que algumas influências e deliberadas omissões de determinadas formas de gestão não são apresentadas e discutidas com os estudantes. Sem o mínimo de acesso a determinadas obras, pergunta-se: como garantir e/ou ampliar o processo formativo completo no que se refere a diversidade das organizações e suas amplas implicações sociais, históricas, culturais e políticas. Amplia-se o já crescente ensino “padronizado” nas faculdades, em sua maioria privadas, que adotam um pacote de pré-estabelecido de aulas e disponibiliza ao professor o material didático (apostila, slides e até avaliações). Com efeito, com as novas tecnologias de informação e comunicação, são disponibilizados inclusive vídeos, ou ainda, um complexo sistema de produção em massa de diplomas (Benini, Fernandes, Petean, Penteado, & Magnin, 2020).

Outra situação posta é que essa discussão, ou preocupação dos autores, nem sempre ocorre na pós-graduação, que em tese forma os professores. Como e quando a discussão da formação ideológica do futuro profissional será possível para o acadêmico de administração? Na experiência que aqui relatamos e discutimos, conforme a estrutura curricular do curso, este debate aparecerá em uma disciplina optativa, ofertada no final do curso, momento em que o estudante cursará para cumprir os requisitos exigidos pelo PPC para seu processo formativo. Isso quando houver a oferta de tal disciplina, sendo que quase sempre que o debate crítico é pautado, é apresentado em uma lógica pragmática (James, 2006), não expondo o contraditório e o aprofundamento necessário para a formação do administrador. A título de exemplo, a obra de Mintzberg (2009) –Criando organizações eficazes – amplamente indicada para o processo formativo do administrador não há citação, em nenhum momento, sobre a relação Estado-empresa. Em um ambiente em que o Estado é um cliente em potencial, ou mesmo, o gerador de uma política pública que gere impacto na gestão do negócio, a negligência no trato das questões políticas no campo da administração é um fato, ao nosso ver, não apenas ideológico, mas anacrônico-idealista. Entendemos e defendemos que a verdade, ainda que situacional e provisória, está sempre próxima do todo, portanto, entendo que os processos administrativos são também processos decisórios. A perspectiva de totalidade deve estar presente na formação do administrador. Por totalidade, partimos do exemplo de Chasin (s.d., p. 1):

[...] eu tomo a laranja e me aproximo dela já com a atitude de quem a respeita. Supondo que ela tem uma lógica dela, que não sou eu que vou dar a lógica a ela, através da minha cabeça, mas que a minha cabeça vai descobrir a lógica dela, eu já tenho uma atitude completamente diferente da do coletor de dados empíricos. Tiro a casca da laranja; tiro a película que resta; vejo que ela é formada de gomos. Em vez de dar um corte, eu separo os gomos. Eu mantive unidades, eu mantive recortes de integralidade do fruto. Abro a película de um dos gomos e descubro que lá dentro existem aqueles grânulos, que separados são unidades reais. Só nesse descascar, só nessa dissecação eu estou descobrindo as partes da sua integralidade. Eu não vou reinventar depois uma lógica, mas eu já sei que debaixo da casca há gomos, dentro dos gomos há aquelas cápsulas...

O recorte legítimo está em vários níveis. O gomo é um recorte legítimo; a cápsula é outro; a semente é outro... e o meu estudo de integralização que vai do suco que está na cápsula, passando pela cápsula, pelo gomo, pela articulação dos gomos, na junção dentro da cápsula, da casca que se fecha e solta o galho, que se prende à árvore e se liga a um tronco, que desce a uma raiz, que está num solo. A laranja na sua integralidade é esse todo. Esta é a totalidade, o que não quer dizer que eu tenha que estudá-la toda de uma vez. Posso estudar por partes se cada parte estiver referida ao conjunto, se não é uma abstração. Se eu estudo uma parte, em diferentes camadas de concreção eu fico.

Para apreender a realidade é necessário este processo de dissecar, e isso só é possível com conhecimentos múltiplos. Que claro, foram fragmentados para o ensinar, talvez até haja nesta fragmentação uma importância didática, mas cabe a cada um agrupar este conhecimento para apreensão da realidade em sua integralidade, no mínimo, com um olhar que pretenda apreender os aspectos falseadores da realidade. A Administração não existe fora de escolhas que são sociais. O exercício de se compreender as Ciências Humanas dentro do campo da Ciência da Administração não se trata de apropriar-se das outras ciências ou de menosprezarmos essa que debatemos, mas de contextualizar as organizações em seu tempo e espaço, sem ilusões de isenção ideológicas.

A Disciplina de economia política presente no projeto pedagógico do curso (ppc) de administração: O curso de administração da Universidade Federal de Goiás - Regional Goiás, *lôcus* principal das reflexões aqui desenvolvidas, foi aprovado em 2012, com início no primeiro semestre de 2013. O surgimento do curso deu-se em conjunto com outros seis cursos na instituição. O câmpus, à época, oferecia os cursos de Direito, Filosofia e Serviço Social. E, diante da ausência da área formativa de administração na região que o câmpus estava inserido – Noroeste goiano, na microrregião do Vale do Rio Vermelho –, o curso surge como demanda da comunidade acadêmica, como exposto no trecho abaixo:

O Câmpus Cidade de Goiás atualmente conta com três cursos: Direito, Serviço Social, e licenciatura em Filosofia, para a formação de professores. A comunidade acadêmica local percebeu a necessidade de expandir a licenciatura em Filosofia e complementar o campo de atuação dos profissionais da área, permitindo que eles possam se tornar também pesquisadores. Assim, o bacharelado em Filosofia foi solicitado e aceito, podendo dessa forma contribuir para aumentar o número de egressos do curso de licenciatura já existente. Essa modalidade estará disponível apenas no processo seletivo 2013/2. Já o curso de Administração oferecido no mesmo câmpus tem como principal objetivo privilegiar a população do Vale do Rio Vermelho, já que não existe o curso na região. O enfoque será a gestão pública e sociocultural. Segundo o diretor do Câmpus Cidade de Goiás, Gonzalo Armijos, “nos mais de três anos que estou como diretor, tenho visto o impacto social e econômico que significou para a cidade e região a criação desse câmpus, com mais de uma centena de pessoas novas chegando todo ano à cidade para começar seus estudos”, afirma. Segundo o diretor, no final do semestre passado, foi decidido o local em que serão construídos um auditório e uma biblioteca, que deve atender aproximadamente, 10 cursos previstos para até 2020 (Rodrigues, 2012, p. 1).

O primeiro PPC do curso de administração foi elaborado por membros dos cursos de direito, filosofia e serviço social do câmpus de cidade de Goiás e juntamente com professores do curso de administração da já existente na Faculdade de Administração e Ciência Econômica, em Goiânia. Como observamos no relato do diretor da regional o curso surge com enfoque na gestão pública e sociocultural. Com esta abordagem, e inspirados em outros cursos de administração, como os oferecidos pela Fundação João Pinheiro, no estado de Minas Gerais, inseriram na estrutura curricular a disciplina de Economia Política fixada no terceiro semestre. Na ementa da disciplina constava os seguintes temas: Conhecimento teórico da estrutura e da dinâmica econômica da sociedade burguesa pela crítica à Economia Política clássica; Análise das leis de movimento do capital e as relações de produção e reprodução social na sociedade capitalista; Salário, preço e lucro; Crises capitalistas e o ciclo econômico; O imperialismo; O capitalismo contemporâneo; Mundialização do capital e transformações societárias: reestruturação produtiva, neoliberalismo e seus rebatimentos no Brasil. A constituição da Economia Política enquanto disciplina dá-se em um processo sócio-histórico. A Economia Política tem por princípio “compreender o modo de funcionamento da sociedade que estava nascendo das entranhas do mundo feudal” (NETTO e BRAZ, 2015, p. 29). Desta forma, “a Economia Política se erguia como fundante de

uma teoria social, um elenco articulado de ideias que buscava oferecer uma visão do conjunto da vida social” (NETTO e BRAZ, 2015, p. 29). Seus principais autores, Smith e Ricardo, entenderam as principais categorias e instituições econômicas como naturais, que “uma vez descobertas pela razão humana e instauradas na vida social, permaneceriam eternas e invariáveis na sua estrutura fundamental” (NETTO e BRAZ, 2015, p. 30). Assim sendo:

O liberalismo clássico constituiu uma arma ideológica da luta da burguesia contra o Estado absolutista e contra as instituições do *Antigo Regime* [feudalismo]. Nos seus teóricos mais importantes (e, de novo, deve-se lembrar aqui Smith e Ricardo), ela condensou os interesses da burguesia revolucionária, que se confrontava com os beneficiários da feudalidade (a nobreza fundiária e a Igreja). Naqueles teóricos, as influências jusnaturalistas e liberais não são um acaso, mas sinalizam que as realizações intelectuais inserem-se no quadro maior da *Ilustração* que, como é notório, configura um importante capítulo no processo pelo qual a burguesia avança para a construção do seu domínio de classe, que assinalou, em face da feudalidade, um gigantesco progresso histórico. Em resumidas contas, a Economia Política clássica expressou o ideário da burguesia no período em que esta classe estava na vanguarda das lutas sociais, conduzindo o processo revolucionário que destruiu o Antigo Regime. (NETTO e BRAZ, 2015, p. 30-31, grifos dos autores).

Contudo, as mudanças sócio-históricas, alteram a relação da burguesia com a cultura iluminista. Havia em um curso a ruptura do projeto de emancipação humana que havia sido conduzido pela burguesia revolucionária. “O regime burguês emancipou os homens de dependência pessoal, vigentes na feudalidade, mas a liberdade política, [...], esbarrou sempre num limite absoluto, que é próprio do regime burguês: nele, a igualdade jurídica (*todos são iguais perante a lei*) nunca pode se traduzir em igualdade econômico-social – e, sem esta, a emancipação humana é impossível” (NETTO e BRAZ, 2015, p. 31-32, grifos dos autores). Os autores continuam a apresentar a dissolução do caráter revolucionário da burguesia, que renunciaram “seus ideais emancipadores e converte-se numa classe cujo interesse central é a conservação do regime que estabeleceu. Convertendo-se em classe *conservadora*.” (NETTO e BRAZ, 2015, p. 32, grifos dos autores). A crise da Economia Política aflorada pela primeira crise do capitalismo em 1825 e as revoluções democrático-populares de 1848, fomentam as análises críticas sobre a Economia Política, brunindo o protagonismo revolucionário do proletariado. Pois para Marx (2013, p. 87) “na medida em que tal crítica representa uma classe específica, ela só pode representar a classe cuja missão histórica é o revolucionamento do modo de produção capitalista e a abolição final das classes: o proletariado”.

Sobre o objeto de análise da Economia Política e sua crítica, Netto e Braz (2015, p. 37-38, grifos dos autores) expõem que:

A crítica da Economia Política clássica realizada por Marx possibilitou o conhecimento teórico da estrutura e da dinâmica econômicas da sociedade burguesa. A análise das leis de movimento do capital e as descobertas marxianas operadas na segunda metade do século XIX continuam válidas até hoje porquanto, corridos cento e cinquenta anos, a nossa sociedade permanece subordinada aos ditames do capital. [...] O objeto da Economia Política é a *atividade econômica*, ou seja, a produção e a distribuição dos bens com os quais os homens satisfazem as suas necessidades individuais ou coletivas; essa produção e distribuição constituem o *processo econômico*, e “o objetivo da Economia Política é estudar as leis sociais que regulam o processo econômico”. Em suma, “a Economia Política é a ciência das leis sociais da atividade econômica” (Lange, 1963, p. 19).

Mesmo que de forma sucinta, a apresentação da disciplina de Economia Política, sua crise e a crítica dirigida a ela, expressam sua inserção no projeto político pedagógico do curso de Administração

que tem por foco “a gestão pública e sociocultural” como expresso na fala do diretor do câmpus a época. Somasse a isso, o processo de transformação da gestão. A gestão corporativa contemporânea exige do administrador um amplo e profundo entendimento sobre as relações sociais que atravessam a organização na qual ele se encontra. A origem de tais relações podem ser encontrada na instância social da produção mais geral e na dimensão jurídico-política da sociedade, abarcando, ambas, agentes, tecnologias, instituições e culturas cujas especificidades se põem em correspondência e em contradição em certos momentos. Nesse sentido, a economia política se apresenta como imprescindível para que o administrador seja capaz de identificar, mapear e planejar políticas privadas e públicas de acordo com as circunstâncias objetivas que se apresentam em determinada conjuntura sociopolítica. No plano prático de execução da disciplina, o curso, no início de 2014, apresentava um corpo docente reduzido, e não dispunha de docentes com formação em economia. A disciplina foi ministrada por um professor com graduação e mestrado em Administração. Conforme a ementa sugerida e com alguns textos da bibliografia recomendada, optou-se pelo livro da biblioteca básica do Serviço Social, *Economia Política: uma introdução crítica*, de José Paulo Netto e Marcelo Braz (2015). O texto por ter foco na formação do assistente social, necessitava de complementariedades oriundas da administração para solidificar o processo formativo. Nesse processo complementar de leitura, ancorou-se em Aktouf(2004) e Geus(1999). Ambos os textos não apresentavam diretamente os conceitos da ementa da disciplina, contudo, azeitavam a discussão necessária para apreensão da economia política e a crítica da economia política pela Administração. A primeira turma apresentou resistência na utilização de um texto oriundo do serviço social pois, se colocavam em outro campo formativo. Expressavam quase que uma dualidade opositiva entre as formações: os acadêmicos de administração se colocavam como representantes do capital, enquanto os acadêmicos de serviço social contrários a expansão do capital. Este axioma dos discentes da primeira turma surge desde no início da sua formação e a disputa se materializa na disciplina. Mesmo com o cuidado de apresentar na disciplina a discussão adquirida no campo da administração, os alunos viam a administração de maneira hegemônica como apresentada nos manuais, sem espaço para o contraponto.

O discurso dos representantes, formais e informais, da turma, poderia ser resumido ao questionamento: porque apreender sobre economia política no curso de administração? Em um segundo momento, colocaram em xeque a bibliografia escolhida. Essas discussões refletiram no NDE e no colegiado de curso. Os participantes entendiam uma elevada carga horária de disciplinas não endógenas da administração, entre elas, a disciplina de Economia Política. A bibliografia foi mantida, contudo, nas discussões em sala, os alunos resgatavam exemplo de sucesso de algum empresário da região, o caráter assistencialista de algumas políticas sociais implementadas, ou ainda, o objetivo primeiro das organizações: o lucro. Aprender sobre a dinâmica capitalista, era percebida como uma afronta aos seus sonhos de pequeno burgueses, de tornarem-se profissionais bem aceitos dentro da profissão, ou comumente, de assumir os pequenos negócios familiares. Debates calorosos emergiam em temas como a fetichização da mercadoria. Para responder a um dos questionamentos do oferecimento da disciplina no curso foi proposto um trabalho de levantamento das instituições de ensino superior que ofereciam a disciplina no curso. Divididos em grupos, os estudantes precisavam identificar no Ministério da Educação os cursos de administração e as universidades, depois consultar a disponibilidade do PPC e a estrutura curricular para verificar a existência da disciplina de Economia Política. O levantamento apresentou diversos problemas procedimentais, contudo, identificou que a maioria dos cursos em administração não oferece a disciplina. Algumas disciplinas como Formação Econômica do Brasil foram constatadas. A grande maioria dos alunos apresentou que as universidades não publicizam a estrutura curricular. Terminando esta primeira experiência, houveram reformulações nos referenciais complementares. Foi inserido o texto do Braverman (1977) e Faria (2011). Dedicou-se mais tempo das aulas para o processo de surgimento da administração como ferramenta de controle do capital e mecanismo de ampliação do

trabalho excedente. Percebeu-se nesta segunda turma uma menor resistência com a temática, bem como a bibliografia escolhida.

A questão a ser pontuada era o crescimento do debate sobre a modificação do PPC. Em diversas reuniões do NDE foram pautadas esta temática e levantava-se a necessidade de redução das disciplinas entendidas como externas à administração. Com o passar dos anos, o curso foi ampliando o seu corpo docente e deixando de ter professores oriundos dos outros cursos presentes na regional. Este processo, de alguma forma, intensificou o debate hegemônico da administração e o PPC do curso acabou por ser alterado, aproveitando a migração do curso do período matutino para o período noturno, a partir do ano de 2019. No conjunto das disciplinas que deixaram de ser oferecidas estava Economia Política. Assim, os estudantes que ingressaram até 2018 terão a oportunidade de cursar a disciplina em seu processo formativo. A exclusão da disciplina vai na contramão dos estudos organizacionais que aponta para a necessidade de inserção da apreensão da dimensão política para os administradores, como se evidencia nos textos sobre Administração Política (Gomes, 2012; Santos, 2007; Santos et al., 2016; Santos, Ribeiro, Ribeiro, e Pinto, 2017; Santos, Ribeiro, e Santos, 2009).

Sobre administração política e sua importância, destacamos:

(...) é um conceito que contribui justamente para oferecer à ciência da administração um status científico para que se qualifique não apenas para reproduzir modos voltados a melhorar e operacionalizar os meios de produção, mas também para se qualificar para pensar modos/padrões de condução das relações sociais de produção, circulação e distribuição. (...) Ao admitir a estreita e relevante aproximação entre economia política e administração política, Santos (2004) e Santos, Ribeiro e Chagas (2009) trazem outra importante contribuição a esse debate e defendem que, enquanto a ciência econômica seria responsável por definir o que, por que e para que produzir - isto é, por definir os meios de produção e circulação e determinar as formas mais apropriadas aos interesses coletivos de distribuir os resultados dessa cultura social, caberia à ciência administrativa, pois, materializar as formas subjetivas e técnicas de administrar esse padrão de produção social idealizado coletivamente, assumindo, portanto, o desafio de definir como conduzir (administrar/gestar) e como colocar em prática (gerenciar) as relações sociais de produção, circulação e distribuição; atendendo, assim, aos propósitos definidos pelas relações complexas estabelecidas historicamente entre sociedade-Estado-mercado (Santos et al., 2017, p. 941).

Apreende-se a proximidade entre as disciplinas. Santos et al (2016) diferencia a Economia Política – área de pesquisa das relações macroeconômicas de mais longo prazo – de Administração Política, esta, dedicada a gestão das relações de produção, realização e distribuição. Pode-se argumentar que estes elementos apresentados por Administração Política estão presentes na Crítica à Economia Política. Neste momento, opta-se, por apreender a semelhança entre a disciplina de Administração Política e a ementa da disciplina oferecida ao curso de Administração, objeto deste estudo. A realização da disciplina de Economia Política no curso de administração permaneceu durante o ingresso de seis turmas. A alteração do PPC encerrou a oferta desta disciplina para os discentes, contudo, pelos diversos arranjos institucionais, o curso pertence a unidade acadêmica especial de ciências sociais aplicadas (UAECSA) e os outros três cursos que integram a unidade (Arquitetura e Urbanismo, Direito e Serviço Social) disponibilizam a disciplina de Economia Política na estrutura curricular. De alguma forma, o discente, se tiver interesse, conseguirá cursar a disciplina nesses outros cursos.

Glosas Finais

Durante seis anos, estudantes do curso de administração da Universidade Federal de Goiás (UFG), câmpus cidade de Goiás, com a primeira turma ingressante em 2013, tiveram a disposição uma

estrutura curricular interdisciplinar, idealizada para formação de administradores com foco na gestão pública e sociocultural. Contudo, o processo de consolidação do curso, guinou para a formação hegemônica de administração, sendo o processo concretizado com a mudança do PPC para turmas ingressantes a partir de 2019. Neste relato de experiência apresentamos, na perspectiva do docente, os fatos ocorridos no primeiro e segundo semestre de oferta da disciplina. Nos semestres subsequentes, talvez, com a eminente mudança da estrutura, as resistências diminuíram. Como possibilidade de pesquisas futuras, faz-se necessário caracterizar os grupos dos discentes e apreender as motivações das resistências ou não para com a disciplina e, talvez de forma mais ampla, para com o pensamento contra-hegemônico. De forma análoga a análise dos docentes, sua formação e resistências a manutenção da disciplina no PPC do curso. Outro possível estudo futuro, seria avaliar o impacto da disciplina no desempenho da sua função enquanto administrador e/ou cidadão.

REFERÊNCIAS

- Aktouf, O. (2004). Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a Síndrome do Avestruz (M. H. C. V. Trylinski, Trans.). São Paulo: Atlas.
- Alcadipani, R., Bertero, C. O. (2012). The cold war and the teaching of management in Brazil: the case of FGV-EAESP. RAE-Revista de Administração de Empresas, 52(3), 284-299. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0034-75902012000300002>
- Benini, E. G., Fernandes, M. D., Petean, G. H., Penteado, R. C., Magnin, L. S. d. L. T. (2020). Educação a distância na reprodução do capital: entre a ampliação do acesso e a precarização e alienação do trabalho docente. Trabalho, Educação e Saúde, 18(3). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00307>
- Braverman, H. (1977). Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- Chasin, J. (s.d.). Método Dialético. Marxist. Org. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/chasin/ano/mes/metodo.htm>
- Chiavenato, I. (2003). Introdução à Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Covre, M. d. L. M. (1980). A formação e a ideologia do administrador de empresa. Petrópolis: Vozes.
- Faoro, R. (2012). Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo.
- Faria, J. H. (2011). Economia Política do Poder: uma crítica da teoria geral da administração. Curitiba: Editora Juruá.
- Fayol, H. (2015). Administração Industrial e Geral. São Paulo: Atlas.
- Furtado, C. (2005). Formação Econômica do Brasil. Brasília: Companhia Editora Nacional.
- Geus, A. d. (1999). A empresa viva. Rio de Janeiro: Campus.
- Gomes, F. G. (2012). O jovem percurso da administração política. [The young road administration political]. Revista de Administração Pública, 46(1), 7-24. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0034-76122012000100002>
- Hampton, D. R. (1992). Administração contemporânea: teoria, prática e casos (3ª ed.). São Paulo: McGraw-Hill.
- James, W. (2006). Pragmatismo. São Paulo: Martin Claret.
- Marx, K. (2013) O capital: crítica da economia política. São Paulo, Boitempo.
- Maximiano, A. C. A. (2012). Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. São Paulo: Atlas.
- Mintzberg, H. (2009). Criando organizações eficazes: estruturas em cinco organizações. São Paulo: Atlas.
- Motta, F. C. P. (2003). Teoria das organizações: evolução e crítica (2ª ed.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Netto, J. P., Braz, M. (2015). Economia Política: Uma introdução crítica. 8ª ed. São Paulo: Cortez.
- Rodrigues, A. (2012). UFG aprova a criação de seis cursos para 2013. Jornal UFG online.
- Santos, R. S. (2007). João Ubaldo: um dos precursores brasileiros da administração política. Organizações & Sociedade, 14(41), 195-19. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1984-92302007000200010>
- Santos, R. S., Gomes, F. G., Santos, T. C. S., Ribeiro, E. M., Andrade Filho, L. M. d. (2016). A crise, o Estado e os equívocos da administração política do capitalismo contemporâneo. Cadernos EBAPE.BR, 14(4), 1011-1034. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395130795>
- Santos, R. S., Ribeiro, E. M., Ribeiro, M. M., Pinto, F. L. B. (2017). Administração política e políticas públicas: em busca de uma nova abordagem teórico-metodológica para a (re)interpretação das relações sociais de produção, circulação e distribuição. Cadernos EBAPE.BR, 15(4), 939-959. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395155017>
- Santos, R. S., Ribeiro, E. M., Santos, T. C. S. (2009). Bases teórico-metodológicas da administração política. Revista de Administração Pública, 43(4), 919-941. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0034-76122009000400008>
- Souza, F., Fellet, J. (2019). Brumadinho é maior acidente de trabalho já registrado no Brasil. BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47012091>
- Taylor, F. W. (2012). Princípios de administração científica. (8ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Tragtenberg, M. (1971). A Teoria Geral da Administração é uma Ideologia? RAE, 11(4), 14.
- Tragtenberg, M. (2005). Administração, Poder e Ideologia (3ª ed. ed.). São Paulo: Editora UNESP.
- Varussa, R. J. (2016). Eu trabalhava com dor: trabalho e adoecimento nos frigoríficos. Jundiaí - SP: Paco Editorial.
